

## Fernando Molica

### Toffoli: o Supremo se ataca

Nem mesmo os golpistas que invadiram e depredaram o Supremo Tribunal Federal causaram à instituição danos tão graves quanto os gerados pelas investigações da Polícia Federal sobre o caso Master.

A intentona de 8 de Janeiro representou um ataque externo ao prédio, ao mobiliário, a peças históricas e artísticas. As suspeitas que pesam especialmente sobre o ministro Dias Toffoli atingem o STF por dentro, são como uma doença grave, tornada autoimune pela lógica corporativa da corte.

Toffoli tem direito à mais ampla defesa, mas não pode continuar a usar sua condição de ministro e de relator do caso Master para complicar as investigações.

Na nota que divulgou para se defender, o ministro, na prática, admitiu ter omitido do STF e da sociedade uma informação fundamental: a de que é sócio da empresa que vendeu parte de suas cotas para um fundo ligado a Daniel Vorcaro, dono do Master. Até agora, os únicos sócios aparentes da empresa eram dois irmãos de Toffoli; um deles, padre.

Só este fato deveria ter sido suficiente para que o ministro tivesse recusado a relatoria do caso assim que foi sorteado para a função. Ele não poderia supervisionar investigações nem tomar qualquer medida em um processo que, mais cedo ou mais tarde, esbarraria no seu nome.

Ele, que pegara carona em jatinho ao lado de um advogado do Master, aceitou o pedido da defesa de Vorcaro para levar o caso para o STF e tratou de decretar absoluto sigilo das investigações. Depois, tomou decisões contraditórias e atrapalhadas.

Mesmo diante do avanço das investigações e de notícias publicadas na imprensa, da revelação do resort do Paraná, Toffoli ficou quieto: só revelou sua con-

dição de sócio quando se viu constrangido a fazê-lo, diante das informações da PF.

Ao evitar tornar pública sua participação acionária na então dona do resort é reveladora, indica que ele não queria que este fato fosse conhecido. A situação de Toffoli, no processo e, mesmo, no STF, é insustentável. E ele continua a agir como se tudo estivesse normal — determinou o envio, para suas mãos, de informações obtidas nos celulares apreendidos pela PF no caso Master. Terá, assim, acesso privilegiado às citações de seu próprio nome.

O absurdo chega a superar a situação, ressaltada pela oposição, que trata do ministro Alexandre de Moraes, que comanda investigação em que ele próprio aparece como vítima. Agora é pior: um ministro do STF é a autoridade suprema de apuração em que há a possibilidade de ele ser apontado como suspeito.

O problema criado pela situação do ministro e os exagerados honorários recebidos pela advogada Viviane Barci, mulher de Moraes, também no caso Master, reforçam que nenhum poder pode ser absoluto. Outro dia, Dias Toffoli falou em “autocontenção” da magistratura, recado que parece ter mandado para si, e que tratou de não ouvir.

A coincidência da crise no STF com outros fatos que envolvem magistrados (assédio sexual, libertação de traficante) mostra que, como diriam intérpretes de escolas de samba, a hora é essa.

O STF tem a obrigação de salvar o STF, o que precisa começar com o afastamento de Toffoli do caso Master e inclui a imediata aprovação de um código de conduta para a corte. O Congresso Nacional, por sua vez, não tem mais desculpas para não tomar a iniciativa de investigar toda essa situação.

## Tales Faria

### Lula teme que saída de Toffoli agora atrapalhe acerto com Pacheco

É verdade que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) considera que o ministro José Antonio Dias Toffoli foi sua pior indicação para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com longa carreira no Partido dos Trabalhadores, Toffoli era advogado-geral da União, em 2009, quando Lula o indicou para o STF por sugestão do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT). Mas o presidente se sente traído pelo antigo subordinado.

É que, quando estava preso por conta das denúncias da Lava Jato, Lula foi impedido, por decisão do ministro Dias Toffoli, de participar do velório do irmão Vavá, morto em 2019. Assim que tomou posse no Palácio do Planalto, ele rechaçou uma tentativa do ministro de se reaproximar.

É verdade também que, caso Toffoli peça para deixar o cargo, abre-se uma vaga na Corte. Teoricamente, isso seria bom para o presidente da República, já que caberia a ele a indicação do substituto.

Então é verdade que o presidente não ficará triste por Toffoli, caso o ministro seja obrigado a pedir afastamento do cargo ou sofra impeachment.

Mais ou menos.

Lula disse a assessores que não moverá uma palha para ajudar Toffoli, mas também não está torcendo para ele perder o cargo neste momento em que o ministro está sob suspeitas de ter escondido suas ligações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro, após assumir a relatoria do processo contra o banqueiro no Supremo.

Tem um motivo para Lula não torcer pelo afastamento do ministro neste momento. Chama-se Rodrigo Pacheco. O senador pelo PSD de Minas Gerais com quem o presidente da República se encontrou nesta quarta-feira, 11, e voltou a insistir que ele se candidate a governador de Minas Gerais.

Lula disse a Pacheco que ele “será a melhor e única opção” do PT e do governo federal como candidato ao Palácio da Liberdade. Pacheco ficou lisonjeado, mas não bateu o martelo. Respondeu apenas que se sente “compromissado com Minas e com o Brasil”, mas que ainda irá decidir.

Na verdade, o senador não pode ser candidato por seu partido. O PSD, já tem o vice-governador Mateus Simões como pré-candidato. Então Pacheco terá que se

acertar com outra sigla antes de decidir. As opções partidárias para ele em Minas Gerais são o PSB, o União Brasil, ou o MDB.

O PSB o acolheria certamente, mas Pacheco acredita que seu eleito-rado não quer vê-lo num partido de esquerda. O União Brasil é a primeira opção, mas depende de seu amigo e presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), convencer o Diretório mineiro a adotá-lo como candidato. E, no MDB, precisaria se acertar com o ex-vereador Gabriel Azevedo, que já se anunciou como pré-candidato.

Mas Lula sabe que o jurista Rodrigo Pacheco deseja mesmo é assumir como ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando o ministro Ricardo Lewandowski deixou a Corte, Pacheco esteve cotado para a vaga. Alcolumbre e os senadores do centrão fizeram um forte lobby em seu favor, mas Lula optou pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

Este é o grande temor do presidente: se Dias Toffoli sair do STF, Pacheco voltará a se interessar pela vaga na Corte e não concorrer a governador.

E vão para o espaço os já tão difíceis planos de Lula em Minas Gerais.

## Dora Kramer\*

### Lula põe Trump no palanque

Passou abaixo do radar do noticiário o anúncio que o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) fez, na recente entrevista ao UOL, de que pretende levar consigo o ministro da Justiça, o secretário da Receita Federal e o diretor da Polícia Federal na visita a Donald Trump, prevista para o início de março, em Washington.

Comitiva de peso para tratar do combate ao crime organizado. Talvez não por coincidência, Fernando Haddad (PT) tenha dito nesta semana que sua data de saída da Fazenda pode ser retardada em função de pedido do presidente para que dê conta de “algumas entregas importantes” relacionadas à segurança pública.

É possível que Lula pense em levar Haddad aos EUA ainda na condição de ministro e, com isso, integrá-lo como ator eleitoral às tratativas internacionais sobre o tema que ocupa o topo das preocupações dos (sobre) viventes nacionais. A gente sabe como o presidente é bom de cenografia. Sabemos também das dificuldades que o governo tem para emplacar suas iniciativas sobre o assunto. As duas propostas em curso no Congresso -a PEC da Segurança e o projeto anti-

facção- estão no controle da oposição, boa de papo no quesito.

Para contornar o obstáculo, o presidente recorre ao discurso do combate ao crime do “andar de cima”. Providência necessária, mas tampouco deixa de ser urgente cuidar do andar de baixo, sob o domínio da criminalidade nos morros e dos assaltos no asfalto.

Levar o assunto à Casa Branca, e ainda nas companhias dos chefes da economia, da pasta da Justiça, da polícia e da instância capaz de identificar trajetos financeiros suspeitos, carrega o tema da segurança a um patamar inalcançável pelos oponentes.

Com a vantagem de estabelecer mais uma linha de contato com Donald Trump. Também um gesto de desestímulo a qualquer ideia do presidente norte-americano de interferir nas eleições, uma hipótese que, embora seja remota, faz parte das preocupações do governo brasileiro.

Um parceiro neutralizado é sempre um adversário a menos a ser enfrentado.

**\*Jornalista e comentarista de política**

## Aristóteles Drummond\*

### Um cidadão relevante

As condecorações de toda natureza através dos tempos e sempre oportunas têm o sentido de evocar feitos e personalidades que se destacam no dia a dia das sociedades, sem necessariamente ganharem a notoriedade e a popularidade comum nos políticos, governantes, artistas, escritores, desportistas. São cidadãos que não disputam cargos, não competem, mas são vitoriosos na profissão, nos serviços prestados à comunidade, sem objetivos pessoais que não os de servir. Apesar do anonimato, eles se notabilizam pelo exemplo, pelos ofícios prestados, pelo exercício da cidadania, da fé, da cultura a serviço da sociedade.

Esta semana a Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), que é presidida por um homem especial no idealismo, habilidade e competência com que atende à nobre missão da entidade que dirige, Antonio Florencio Queiroz, houve por bem condecorar um cidadão relevante no Rio de Janeiro, o advogado Daniel Konder Homem de Carvalho, com a medalha do Estácio de Sá.

Nada mais merecido e oportuno. Daniel é destes casos de cidadão que, sem prejuízo de sua atividade profissional, nunca deixou de servir a todos, exercendo cargos de responsabilidade no setor público, no privado, religioso e no associativo. Nunca deixou de ser advogado e professor de Direito, funções exercidas com dedicação e correção.

Tendo o espírito público no seu DNA, muito jovem emprestou seu

idealismo na direção da Rioarte, órgão que cuida da cultura em nossa cidade, numa geração que a sensibilidade de Leonel Brizola deu oportunidade em suas passagens pelo poder. Depois, foi dirigente do Detran plantando o modelo de prestação de serviços ao cidadão pelo órgão, responsável pela simplificação de documentos que levavam o cidadão à loucura, como a carteira de motorista, de identidade. Mais adiante, fez da Loterj que presidiu um instrumento de ação social relevante no Estado.

A marca da disponibilidade sem nada pedir e muito a oferecer o fizeram altamente respeitado. Desde o primeiro instante da Associação Cultural da Arquidiocese do Rio, foi braço direito de Sérgio Pereira da Silva e hoje é o vice-presidente de Marcelo Torres. Não se negou à verdadeira cruzada em momento difícil que viveu a Associação Comercial do Rio, ajudando o presidente José Antônio Nascimento Brito em meio à crise vivida pela cidade na pandemia, assumindo a presidência da entidade com exemplar sucesso.

No campo pessoal foi impecável filho e é pai presente e companheiro dos filhos, marido afetuoso. Amigo correto e solidário.

A entrega da medalha nos deixa no dilema de cumprimentar o homenageado pelo merecido reconhecimento ou ao líder da Fecomércio pela feliz iniciativa. Ambos são dignos de aplausos pelo exemplo dado a todos de lembrar que existem cidadãos com compromisso público e responsabilidade social.